

APABEX - ASSOCIAÇÃO DE PAIS BANESBIANOS DE EXCEPCIONAIS
Demonstração do Resultado para os exercícios findos em 31/12/2018 e 2017

(Valores em Reais)	NE	2018	2017
RECEITAS		8.103.054,48	7.270.230,11
SEDE ADMINISTRATIVA		2.623.782,08	1.924.282,04
Transporte e Alimentação - CEDI São Paulo		335.969,52	313.974,17
Captação de Recursos		163.419,57	311.397,57
Doações		173.835,95	99.908,70
Outros Recursos		92.000,00	19.886,10
Receitas Financeiras		1.640.716,49	1.003.857,45
Créditos Nota Fiscal Paulista		135.377,03	95.198,77
Trabalho Voluntário	12	82.483,52	80.089,28
RECEITA COM CONVÊNIOS		74.435,64	0,00
PROGRAMAS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		4.540.561,86	4.335.249,25
Associados Mantenedores		4.345.792,46	4.224.406,65
Associados Colaboradores		135.079,40	56.054,00
Valores de Terceiros		59.690,00	54.788,60
SAÚDE			
Receitas com Saúde - Vinhedo	10	864.274,90	1.010.688,82
DESPESAS		7.906.856,77	7.469.724,17
SEDE ADMINISTRATIVA		2.292.241,19	1.840.951,61
Pessoal		474.138,59	441.400,53
Despesas Administrativas		513.932,39	471.787,64
Impostos e Taxas		2.589,42	4.153,80
Depreciação		8.860,86	9.027,24
Despesas Financeiras		955.381,28	598.944,51
Transporte/Alimentação de Aprendizes - SP		337.358,65	315.637,89
PROGRAMAS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		4.420.532,60	4.399.281,01
Programas de Atendimento Direto	10	4.042.016,48	4.000.870,60
Pessoal		2.554.083,49	2.598.032,88
Despesas de Programas		524.253,96	700.846,85
Despesas Administrativas		769.437,77	505.710,31
Impostos e Taxas		2.291,31	5.881,49
Depreciação		189.223,14	190.560,88
Despesas Financeiras		2.726,81	38,19
Programa de Atendimento Indireto	10	378.516,12	398.410,41
SAÚDE			
Programa de Promoção à Saúde	10	1.118.647,34	1.229.491,55
Pessoal		843.945,93	871.794,01
Despesas de Programas		169.887,62	245.184,10
Despesas Administrativas		91.791,49	99.109,53
Impostos e Taxas		640,41	770,18
Depreciação		12.572,18	12.620,84
Despesas Financeiras		9,71	12,89
Projeto PRONAS PCD São Paulo		74.435,64	0,00
Pessoal		26.754,08	0,00
Despesas Administrativas		44.802,26	0,00
Despesas Financeiras		10,46	0,00
Taxas e Contribuições		2.729,25	0,00
Depreciação		139,59	0,00
SUPERÁVIT (DÉFICIT)		197.197,71	-199.494,06

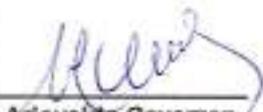
As Notas Explicativas são partes integrantes das Demonstrações Contábeis


Ariovoldo Cavarzen
CPF: 058.514.688-20
Presidente


José Augusto Furio de Barros
CPF: 045.254.018-69
Gerente Administrativo/Financeiro


Veltor Gregio Junior
CPF: 213.462.628-74
CRC/SP 1SP245209/O-3

APABEX - ASSOCIAÇÃO DE PAIS BANESPIANOS DE EXCEPCIONAIS
Demonstração dos Fluxos de Caixa dos exercícios findos em 31/12/2018 e 2017
Método Indireto (Valores expressos Reais)

ATIVIDADES OPERACIONAIS	2018	2017
Superávit/Déficit do Exercício	197.197,71	-199.494,08
Depreciação	210.795,77	212.208,98
Déficit do Exercício Ajustado	407.993,48	12.714,90
Acréscimo (Decréscimo) do Ativo Circulante		
Contas a Receber	-983,50	1.009,00
Adiantamentos	-86.745,75	-57.252,00
Valores de Terceiros	120,00	118,90
Despesas a Amortizar	1.512,09	182,29
Captações e Vendas	8.355,22	6.307,78
Total	-77.741,94	-48.834,03
Acréscimo (Decréscimo) do Passivo Circulante		
Contas a Pagar	-41.192,12	51.805,89
Obrigações Sociais e Fiscais	9.018,55	-2.095,49
Obrigações Diversas	-2.245,10	-1.415,12
Provisões Trabalhistas	-15.867,26	24.024,36
Doações e Auxílios a Aplicar	541.203,35	558.182,00
Total	490.917,42	630.601,64
TOTAL DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	821.168,96	593.682,51
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Aquisições de Imobilizado	15.708,15	6.582,40
TOTAL	15.708,15	6.582,40
VARIAÇÃO DAS DISPONIBILIDADES	805.460,81	587.000,11
Saldo Inicial	2.763.498,19	2.176.498,08
Varição do Exercício	805.460,81	587.000,11
Saldo Final	3.568.959,00	2.763.498,19
As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis		
 Ariovaldo Cavarzan CPF: 056.514.688-20 Presidente	 Valter Gregio Junior CPF: 213.462.528-74 CRC/SP 1SP245209/O-3	
 José Augusto Furlo de Barros CPF: 045254.018-69 Gerente Administrativo/Financeiro		

APABEX - ASSOCIAÇÃO DE PAIS BANESPIANOS DE EXCEPCIONAIS

Balancos Patrimoniais em 31/12/2018 e 2017

(Valores em Reais)

ATIVO	NE	2018	2017	PASSIVO	NE	2018	2017
CIRCULANTE		3.866.528,83	2.983.326,08	CIRCULANTE		1.625.728,02	1.014.810,60
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	4	3.568.959,00	2.763.498,19				
Caixa		4.000,00	4.000,00	Provisões Trabalhistas	6	364.948,50	260.815,76
Bancos conta movimento		6.480,08	20.553,95	Obrigações Diversas		1.038,71	3.283,81
Bancos - Recursos com Restrição		1.089.389,95	558.182,00	Contas a Pagar	7	74.865,46	116.057,58
Aplicações Financeiras		499.053,13	262.018,70	Obrigações Sociais e Fiscais	8	85.305,50	76.471,45
Mercado Mobiliário		1.970.035,84	1.918.743,54	Obrigações Fiscais c/ Restrição		184,50	
				Doações e Auxílios a Aplicar		1.099.385,35	558.182,00
CRÉDITOS A RECEBER		297.569,83	219.827,89	NÃO CIRCULANTE			
Contas a Receber		1.584,50	601,00				
Adiantamentos		294.071,22	207.325,47	Provisão para Contingências	13		120.000,00
Valores de Terceiros		200,00	320,00				
Captações e Vendas		-	8.355,22				
Despesas a amortizar		1.714,11	3.226,20				
NÃO CIRCULANTE		10.140.003,72	10.335.091,34	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	9	12.380.804,53	12.183.606,82
Imobilizado	5	10.140.003,72	10.335.091,34	Patrimônio Social		3.085.388,39	3.233.748,65
				Superávit/(Déficit) Acumulado		228.333,51	-168.358,26
				Ajustes de Avaliação Patrimonial		9.067.082,63	9.118.218,43
TOTAL DO ATIVO		14.006.532,55	13.318.417,42	TOTAL DO PASSIVO		14.006.532,55	13.318.417,42

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis



Ariovaldo Cavarzan
Ariovaldo Cavarzan
CPF: 056.514.888-20
Presidente

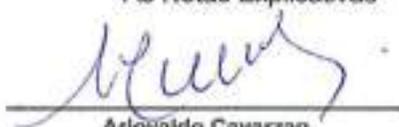
José Augusto Furio de Barros
José Augusto Furio de Barros
CPF: 045254.018-69
Gerente Administrativo/Financeiro

Valter Gregio Junior
Valter Gregio Junior
CPF: 213.462.628-74
CRC/SP 18P245209/D-3

APABEX - ASSOCIAÇÃO DE PAIS BANESPIANOS DE EXCEPCIONAIS
Demonstração das Mutações no Patrimônio Líquido para os exercícios findos em 31/12/2018 e 2017

(Valores em Reais)				
	Patrimônio Social	Avaliação Patrimonial	Déficit Acumulado	Total
Saldos em 31/12/2016	3.251.421,69	9.149.354,23	-17.675,04	12.383.100,88
Apropriações	(17.675,04)		17.675,04	0
Déficit do Exercício			(199.494,06)	(199.494,06)
Realização de Avaliação		(31.135,80)	31.135,80	-
Saldos em 31/12/2017	3.233.746,65	9.118.218,43	-168.358,26	12.183.606,82
Apropriações	(168.358,26)		168.358,26	-
Superávit do Exercício			197.197,71	197.197,71
Realização de Avaliação		(31.135,80)	31.135,80	-
Saldos em 31/12/2018	3.065.388,39	9.087.082,63	228.333,51	12.380.804,53

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis



Ariovaldo Gavarzan
 CPF: 056.514.685-20
 Presidente



Valtér Gregio Junior
 CPF: 213.462.528-74
 CRC/SP 1SP245209/O-3



José Augusto Furio de Barros
 CPF: 045254.018-69
 Gerente Administrativo/Financeiro



ASSOCIAÇÃO DE PAIS BANESPIANOS DE EXCEPCIONAIS - APABEX

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31/12/2018 E 31/12/2017

(Valores expressos em Reais)

1 – CONTEXTO OPERACIONAL

A ASSOCIAÇÃO DE PAIS BANESPIANOS DE EXCEPCIONAIS - APABEX – é uma sociedade civil de caráter assistencial e sem fins lucrativos, fundada em 15.08.1985 pelos funcionários do Banco do Estado de São Paulo S.A. e de suas empresas e entidades ligadas, com duração por prazo indeterminado e sediada à Praça Monteiro dos Santos n.º 43 – Vila Mariana – São Paulo – SP, com título de Utilidade Pública Estadual e Municipal, Registro e Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social.

A APABEX tem por finalidade promover a inclusão da pessoa com deficiência, direcionando seus esforços à excelência do atendimento especializado, por meio de programas de moradia assistida, oficinas pré-profissionalizantes, colocação no mercado de trabalho, orientação, prevenção, saúde, educação e demais ações voltadas à causa, inclusive através de ajuda financeira complementar, sem distinção de raça, cor, idade, sexo, condição social, credo religioso ou filiação político partidária. A APABEX presta assistência a pessoas com deficiência independentemente de contraprestação pelo assistido ou seus responsáveis. Os programas de atendimento são realizados de forma continuada, permanente e planejada e estão assim estruturados:

- I. Programas tipificados como Serviços de Proteção Social Especial de Média Complexidade, de acordo com a Resolução 109 do CNAS. Atendimento Direto realizado nas unidades de São Paulo (Centro Especializado de Desenvolvimento e Inclusão) e Vinhedo (Comunidade Apabex). São desenvolvidas atividades de: Preparação para o Trabalho (Oficinas de Artesanato e de Emprego Apoiado), Espaço de Convivência, Informática, Música, Teatro, Dança, Educação Física, Oficina de Cidadania e Orientação Psicológica aos aprendizes e suas famílias.
- II. Programa tipificado como Serviços de Proteção Social Especial de Alta Complexidade, de acordo com a Resolução 109 do CNAS. Atendimento Direto realizado na unidade de Vinhedo denominado Programa de Residência. São acolhidos jovens e adultos com deficiência, cuja permanência junto à família esteja inviabilizada devido ao envelhecimento ou morte dos pais ou impossibilidade de convivência com outros responsáveis legais. Objetiva proporcionar condições para a manutenção da saúde física e mental dos residentes, restabelecer vínculos familiares e/ou sociais e a convivência comunitária.
- III. Programa Social de Apoio Familiar – Projeto Próprio de Atendimento Indireto. Através de equipe multidisciplinar realiza discussão de casos, visitas domiciliares, orientações quanto à dinâmica familiar, encaminhamento a médicos e outros profissionais, a escolas, clínicas e hospitais. Mediante estudo sócio econômico pode proporcionar ajuda financeira complementar a fim de garantir assistência especializada.

IV. Programa de Saúde – Atendimento Direto realizado na unidade de Vinhedo através da prestação de serviços na área da saúde realizado por equipe técnica multidisciplinar composta por médico, psicólogo, fisioterapeuta, fonoaudióloga, terapeuta ocupacional, nutricionista, assistente social, educador físico, músico terapeuta e atendentes que desenvolvem ações integradas visando a promoção e proteção à saúde do deficiente intelectual para uma melhor qualidade de vida.

A Entidade possui os seguintes principais títulos e certificados, e, conseqüentemente a isenção das Contribuições Sociais:

Título de Utilidade Pública Municipal pelo Decreto nº 32.255 de 16 de setembro de 1992, com validade até 30 de novembro de 2019.

Título de Utilidade Pública Estadual pelo Decreto nº 37.070 de 19 de julho de 1993, com validade até 12 de julho de 2018.

Certificado de inscrição no Conselho Municipal de Assistência Social de São Paulo (COMAS) nº 655/2012, conforme resolução 686 de 25/03/2013 publicada no Diário Oficial do município em 16/04/2013, com validade indeterminada.

Certificado de Inscrição no Conselho Municipal de Assistência Social de Vinhedo - SP (CMAS) do Programa Espaço de Convivência, datado de 11 de dezembro de 2014, conforme comprovante de Inscrição de Serviço, de nº 31-s, com validade por tempo indeterminado.

Atestado de Registro no Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) conforme processo 28010.003355/94-22 deferido em sessão realizada no dia 31 de julho de 1995.

Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS) renovado pela Resolução nº 07 de 03 de fevereiro de 2009 do CNAS, na forma do artigo 37 da Medida Provisória nº 446 de 07 de novembro de 2008, com validade até 12 de julho de 2011. O pedido de renovação foi protocolado tempestivamente em 11 de janeiro de 2011. Em 28 de janeiro de 2016 o Ministério da Saúde abriu diligência para análise dos requisitos da área da saúde. A Apabex protocolou, tempestivamente, ofício com os documentos solicitados. No entanto, em 01 de setembro de 2016 foi publicado no Diário Oficial da União a portaria nº 89 do MDSA, a qual no seu artigo 2º, item 9, indeferiu a renovação do CEBAS pelo não cumprimento do requisito da gratuidade, considerando que o Ministério da Saúde através da Nota Técnica 083/2016, entendeu que as atividades desenvolvidas pelo Programa de Saúde na unidade de Vinhedo, com cobrança pelos serviços prestados dentro dos parâmetros da gratuidade, não se enquadram na área da saúde para fins de certificação pelo CEBAS. A Apabex interpôs recurso, tempestivamente, em 03 de outubro de 2016. Em 30 de maio de 2018, foi publicado no Diário Oficial da União a portaria nº 2.216 do MDSA, a qual em seu artigo 1º, indeferiu o recurso. Novo pedido de renovação havia sido protocolado tempestivamente em 07 de julho de 2016, uma vez que, caso deferido o pedido de renovação anterior, teria validade até 11 de julho de 2016 de acordo com a nova legislação – Lei 12.868/2013. Atualmente encontra-se em análise no Ministério da Cidadania, porém devido ao indeferimento do pedido anterior, foi convertido em concessão.

A Administração da APABEX, orientada pelos seus consultores legais, está estudando a melhor forma de contra por aos impactos tributários da decisão do Ministério.

O CEBAS proporcionou uma renúncia fiscal, dos últimos cinco anos, como segue:

ANO	(Valores originais em R\$)
2014	637.476,20
2015	692.638,87
2016	761.938,28
2017	750.238,27
2018	775.805,86

2 – APRESENTAÇÕES DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As Demonstrações Contábeis, cuja emissão foi autorizada pelos Administradores em 26/03/2019, foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, a NBC TG 1000 – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, a Norma Brasileira de Contabilidade ITG 2002(R1) - Entidades sem finalidade de lucro, ambas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e a legislação específica para Entidades Filantrópicas.

3 – PRINCIPAIS DIRETRIZES CONTÁBEIS

a) Moeda funcional e de apresentação - As Demonstrações contábeis estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Entidade.

b) Apuração do superávit (déficit) do exercício - As receitas e despesas são registradas considerando o regime de competência de exercícios. As receitas são apuradas através de comprovantes de cobrança, avisos bancários, recibos e outros. As despesas são apuradas através de notas fiscais e recibos, em conformidade com as exigências legais e fiscais.

c) Uso de estimativas - A elaboração das demonstrações contábeis em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração da Entidade prepare estimativas e adote premissas que podem afetar o valor de ativos e passivos, a divulgação de ativos e passivos contingentes, assim como os valores de receitas e despesas. As contas que usualmente requerem estimativa são provisão para devedores incobráveis, vida útil estimada do imobilizado e provisão para contingências. Os valores reais podem diferir daqueles estimados. As estimativas e premissas são revisadas anualmente.

d) Instrumento financeiros - Instrumentos financeiros não-derivativos incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e outros recebíveis, contas a pagar e outras obrigações.

e) Ativos circulantes e não circulantes

Caixa e equivalentes de caixa - Os valores registrados em disponibilidades referem-se a saldos bancários de livre movimentação e aplicações financeiras de liquidez imediatas com baixo risco de variação no valor de mercado, e consideradas como equivalentes de caixa.

Aplicações financeiras - São registradas pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

Mercado Mobiliário – Referem-se a aplicações em ações em bolsa de valores, atualizadas pela cotação de mercado na data do balanço (valor justo), tendo como contrapartida o resultado do exercício.

Ativo imobilizado - Correspondem aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade inclusive os decorrentes de operações que transfiram os riscos, benefícios e controles dos bens da entidade.

O ativo imobilizado é demonstrado ao custo de aquisição, acrescido de avaliação contabilizada com base em laudo emitido por peritos, portanto custo atribuído. A depreciação é calculada pelo método linear com base em taxas que contemplam a vida útil remanescente dos bens.

Redução ao valor recuperável - Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A Administração da Entidade fez uma análise detalhada dos bens do ativo imobilizado, concluindo que os custos registrados e as taxas de depreciação estão adequados não sendo necessária qualquer provisão para perdas ou ajuste do valor contábil e taxas de depreciação.

f) Passivos circulantes e não circulantes

São demonstradas pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial. Quando aplicável, os passivos circulantes e não circulantes são registrados em valor presente, com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação.

Provisões - As provisões são reconhecidas quando a Entidade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Áreas de atuação – A atividade preponderante da entidade está relacionada à Assistência Social. A atuação na área da Saúde corresponde a atividades complementares tais como fisioterapia, terapia ocupacional, fonoaudiologia, psicologia, nutrição e geriatria. A segregação de receitas e despesas destas atividades é feita através de centro de custos específicos. A segregação patrimonial não é feita porque a entidade considera que o eventual patrimônio relacionado à atividade de Saúde não é relevante.

Renúncia Fiscal – Devido a alteração nas normas de contabilidade, a Entidade passou a não mais contabilizar a renúncia fiscal.

Trabalho Voluntário – Os trabalhos voluntários são quantificados com base na atividade do voluntário, o volume mensal de horas e o custo hora calculado com base no salário mínimo vigente. O valor do trabalho voluntário é registrado na receita e despesa, no centro de custo da Sede Administrativa.

Rateio – As despesas de pessoal e administrativas da Sede são rateadas para os programas com base nos seguintes critérios:

- do total das despesas de pessoal da Sede são rateados 50% deste valor na proporção que cada programa assistencial representa na somatória das despesas de pessoal dos programas.
- do total das despesas administrativas da Sede são rateados 30% deste valor na proporção que cada programa assistencial representa na somatória das despesas administrativas dos programas.

4 – EQUIVALENTES DE CAIXA

	2018	2017
Caixa	4.000,00	4.000,00
Bancos Conta Movimento	6.480,08	20.553,95
Fundos	499.053,13	282.018,70
Ações Petrobrás	1.462.935,84	1.051.117,44
Ações Vale	507.100,00	867.626,10
Bancos – Recursos com Restrição	600.413,09	558.182,00
Fundos – Recursos com Restrição	488.976,86	0,00
TOTAL	3.568.959,00	2.763.498,19

A Administração mantém um volume de recursos aplicados no mercado em ações como reserva financeira para eventuais reduções de receitas, principalmente com relação à queda de arrecadação com associados. Durante o exercício de 2018 houve aumento do valor de mercado das ações, o que foi determinante para o alcance do superávit.

O valor de R\$ 600.413,09 (seiscentos mil, quatrocentos e treze reais e nove centavos), classificado na conta Bancos – Recursos com Restrição, corresponde ao valor captado para patrocínio ao projeto Promovendo Ações Para o Envelhecimento Saudável da Pessoa com Deficiência, aprovado pela Portaria 1.319 de 04 de dezembro de 2018 do Ministério da Saúde, no âmbito do Programa Nacional de Atenção à Saúde da Pessoa com Deficiência – PRONAS PCD.

O valor de R\$ 488.976,86 (quatrocentos e oitenta e oito mil, novecentos e setenta e seis reais e oitenta e seis centavos), classificado na conta Fundos – Recursos com Restrição, corresponde ao valor investido para custeio do projeto Capacitação de Consultores em Emprego Apoiado aprovado pela Portaria 1.241 de 30 de novembro de 2017 do Ministério da Saúde, no âmbito do Programa Nacional de Atenção à Saúde da Pessoa com Deficiência – PRONAS PCD.

5 – IMOBILIZADO

DESCRIÇÃO (taxa de depreciação)	CUSTO	DEPRECIÇÃO ACUMULADA	2018	2017
			LÍQUIDO	LÍQUIDO
Terrenos	8.420.000,00		8.420.000,00	8.420.000,00
Construções 4%	4.552.176,29	2.939.493,15	1.612.683,14	1.794.770,42
Equipamentos de Informática (20%)	102.813,01	97.069,77	5.743,24	3.649,26
Equipamentos de Telefonia (10%)	20.873,81	20.873,81	-	-
Instalações (10%)	396.076,13	377.224,78	18.851,35	23.320,62
Máquinas e Equipamentos (10%)	147.435,63	130.265,25	17.170,38	17.955,35
Móveis e Utensílios (10%)	206.571,50	193.781,47	12.790,03	19.006,25
Veículos (10%)	222.346,65	179.760,97	42.585,68	55.124,96
Equipamentos Projeto Saúde (25%)	9.475,15	9.475,25	-	1.264,48
Equipamentos de Informática (20%) (Recursos com Restrição)	10.319,49	139,59	10.179,90	-
TOTAL	14.088.087,66	3.948.083,94	10.140.003,72	10.335.091,34

A movimentação do imobilizado é como segue:

	2018	2017
Saldo Inicial	10.335.091,34	10.540.717,90
Adições	15.708,15	6.582,40
Depreciação	210.795,77	212.208,96
SALDO FINAL	10.140.003,72	10.335.091,34

6 – PROVISÕES TRABALHISTAS

	2018	2017
Salários e Direitos Trabalhistas	20.949,24	3.170,94
Provisões de Férias	262.385,03	236.371,75
Encargos sobre Provisões de Férias	23.614,23	21.273,07
Processos Trabalhistas a Pagar	58.000,00	0,00
TOTAL	364.948,50	260.815,76

7 – CONTAS A PAGAR

	2018	2017
Sede	34.818,99	64.506,02
Vinhedo	40.046,47	51.551,56
TOTAL	74.865,46	116.057,58

8 – OBRIGAÇÕES SOCIAIS E FISCAIS

	2018	2017
ISS retido a recolher	2.303,50	2.266,51
PIS s/ Folha a recolher	2.730,00	3.324,21
IRRF s/ Folha a recolher	21.953,00	16.367,50
IRRF s/ serviços profissionais a recolher	698,18	481,65
FGTS a recolher	28.652,99	26.317,03
INSS a recolher	23.197,27	23.284,45
INSS s/ serviços profissionais a recolher	2.843,99	2.301,92
PIS/COFINS/CSLL a recolher	2.253,73	1.647,60
Contribuição Sindical a recolher	192,26	0,00
Contribuição Assistencial a Recolher	480,58	480,58
TOTAL	85.305,50	76.471,45

9 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O Patrimônio Líquido é apresentado em valores atualizados e compreende a somatória dos valores dos Superávits e Déficits ocorridos.

Os Recursos da Entidade foram aplicados em suas finalidades institucionais, de conformidade com seu Estatuto Social, demonstrados pelas suas Despesas e Investimentos Patrimoniais.

10 – PROGRAMAS

A Entidade executou os seguintes programas:

Assistência Social – Gratuidades	2018	2017
ATENDIMENTO DIRETO	3.982.326,48	4.000.870,60
Serviços de Proteção Social Especial de Média Complexidade		
<ul style="list-style-type: none"> • Centro de Desenvolvimento e Inclusão – São Paulo 47 atendimentos/mês (41 em 2017) • Comunidade APABEX – Vinhedo (Programa Espaço de Convivência) 18 atendimento/mês (18 em 2017) 	1.034.983,66	1.305.905,60
Serviços de Proteção Social Especial de Alta Complexidade		
<ul style="list-style-type: none"> • Comunidade APABEX – Vinhedo (Programa de Residência) 30 atendimentos/mês (29 em 2017) 	2.516.966,41	2.308.381,22
ATENDIMENTO INDIRETO		
Projeto Próprio de Atendimento Indireto		
<ul style="list-style-type: none"> • Programa Social de Apoio Familiar 34 atendimentos/mês (41 em 2017) 	378.516,12	398.410,41

Saúde – Gratuidade	Receitas	Despesas
Programa de Saúde – Vinhedo 48 atendimentos/mês (47 em 2017)		
2018		
Gratuidade apurada: 254.372,44 (29,43% da receita anual)	864.274,90	1.118.647,34
2017		
Gratuidade apurada: 218.802,73 (21,65% da receita anual)	1.010.688,82	1.229.491,55

Os Programas de Assistência Social são gratuitos e totalizaram um custo de R\$ 3.982.326,48 (R\$ 4.000.870,60 em 2017).

O Custeio das despesas de transporte e alimentação, que não fazem parte do escopo das atividades do Programa de São Paulo, foi parcialmente coberto pela participação espontânea dos usuários. No ano de 2018 foi gasto o montante de R\$ 337.358,65 (R\$ 315.637,89 em 2017) com tais despesas, frente a uma participação de R\$ 335.969,52 (R\$ 313.974,17 em 2017).

No Programa de Saúde realizado na Comunidade Apabex em Vinhedo, a Entidade aplicou o valor de R\$ 254.372,44 (R\$ 218.802,73 em 2017) em gratuidade, correspondente a 29,43% (21,65%

em 2017) da receita anual do exercício, contemplando assim o disposto na Portaria 834 de 26 de abril de 2016 do Ministério da Saúde.

As Gratuidades são apuradas dentro do sistema contábil, mantendo um Centro de Custo para cada Programa, considerando-se todos os grupos de contas de Despesas: de Pessoal, de Programas, Administrativas, Impostos e Taxas, Depreciação e Financeiras. Estes atendimentos são suportados por recursos próprios da entidade.

A Administração considera que a segregação da contabilidade em patrimônio específico de cada atividade (Assistência Social e Saúde) não é necessária devido a irrelevância do patrimônio relacionado à saúde.

11 – RENUNCIA FISCAL

Em atendimento ao item 27, letra "c" da ITG 2002 (R1) - entidade sem finalidade de lucros, a Entidade apresenta a seguir a relação dos tributos, objetos da renúncia fiscal para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017:

IRPJ (Imposto de Renda da Pessoa Jurídica)
CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido)
ISSQN (Imposto sobre Prestação de Serviços de Qualquer Natureza)
COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) sobre as receitas próprias
QUOTA PATRONAL DO INSS

A contribuição da Quota Patronal do INSS no valor de R\$ 775.805,86 (R\$ 750.238,27 em 2017) corresponde a 26,80% da folha de pagamento.

A contribuição da COFINS no valor de R\$ 655,86 (R\$ 698,36 em 2017) corresponde a 3% da receita com a venda de produtos.

A contribuição ao PIS – Programa de Integração Social, no valor de R\$ 28.509,94 (R\$ 28.675,16 em 2017) que corresponde a 1% da folha de pagamento, vem sendo recolhida normalmente.

12 – TRABALHO VOLUNTÁRIO

O trabalho voluntário é contabilizado na Receita, tendo como contrapartida as Despesas Administrativas no centro de custo da Sede.

Atividade	2018	2017
Diretoria Executiva	66.502,85	64.572,00
Conselho Fiscal	2.660,11	2.582,88
Conselho de Administração	13.300,56	12.914,40
Total	82.463,52	80.069,28

13 - CONTINGÊNCIAS

As provisões para contingências são estabelecidas pela Administração da Entidade, levando-se em consideração a opinião dos consultores jurídicos, por valores considerados nas estimativas de perdas. Há três tipos principais de estimativas:

- Provável - a chance de um ou mais eventos futuros ocorrer é maior do que a de não ocorrer.
- Possível - a chance de um ou mais eventos futuros ocorrer é menor que provável, mas maior que remota.
- Remota - a chance de um ou mais eventos futuros ocorrer é pequena

As reclamações trabalhistas que originaram no valor provisionado de R\$ 120.000,00 de contingências para fazer face ao risco de perda, foram encerradas mediante acordo no ano de 2018, no montante de R\$ 70.000,00, a serem pagas através de parcelamento. Como saldo a pagar resta o valor de R\$ 52.000,00 a ser quitado no ano de 2019.

Conforme Processo 0016203-82.2010.8.26.0100 que tramita na 12ª Vara de Família e Sucessões do Foro Central da Comarca desta Capital, a Entidade, como legatária, tem a expectativa de receber o saldo existente na conta 1.000.290-7, junto ao Bradesco S.A., Agência 3450-9, Rua Domingos de Moraes, 1164 Vila Mariana, nesta Capital, no valor de R\$ 42.074,46 (quarenta e dois mil, setenta e quatro reais e quarenta e seis centavos), valor original e sem correção.

14 – INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Entidade não participa de operações envolvendo instrumentos financeiros destinados a reduzir a exposição a riscos de mercado, moeda e/ou taxa de juros, haja vista não possuir operações com essas características. O valor contábil dos demais instrumentos financeiros apresentados nos balanços patrimoniais não difere substancialmente dos valores de mercado.

15 – SEGUROS

Os seguros são contratados por valores considerados suficientes pela Entidade para cobrirem eventuais riscos e perdas sobre os ativos.

16 - IMUNIDADE TRIBUTÁRIA

A APABEX é uma Entidade Civil sem fins lucrativos e ou econômicos regida pelo seu Estatuto Social que contempla os dispositivos do Código Civil.

A APABEX é imune à incidência de impostos por força da normativa prevista na Alínea "c" do Inciso VI e no § 4º. do Artigo 150 e no § 7º. do Artigo 195, ambas da Constituição Federal de 05 de outubro de 1988. Essa imunidade traduz que:

- a Instituição deva ser regida pelas normas acima mencionadas;
- a mesma não pode ser revogada, nem mesmo por emenda constitucional;
- não há o fato gerador – nascimento da obrigação tributária –;
- não há o direito do Poder Público instituir e nem cobrar tributos;
- a única legislação complementar tributária é o Código Tributário Nacional – CTN –.

16.1 – Requisitos para a imunidade tributária

A norma prevista no Alínea "c" do Inciso IV do Artigo 9º. e no Artigo 14, *caput* e incisos, do Código

Tributário Nacional estabelece os requisitos para o gozo da imunidade tributária. Esses requisitos estão previstos no Estatuto Social da APABEX:

Art. 9º É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios:

IV - cobrar imposto sobre:

c) o patrimônio, a renda ou serviços dos partidos políticos, inclusive suas fundações, das entidades sindicais dos trabalhadores, das instituições de educação e de assistência social, sem fins lucrativos, observados os requisitos fixados na Seção II deste Capítulo;

Art. 14. O disposto na alínea c do inciso IV do artigo 9º é subordinado à observância dos seguintes requisitos pelas entidades nele referidas:

I – não distribuírem qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas rendas, a qualquer título (Parágrafo Único do Artigo 31 e Artigo 33 do Estatuto Social);

II - aplicarem integralmente, no País, os seus recursos na manutenção dos seus objetivos institucionais. (Artigo 31 do Estatuo Social);

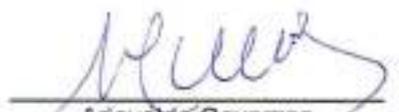
III - manterem escrituração de suas receitas e despesas em livros revestidos de formalidades capazes de assegurar sua exatidão.

Contrária ao entendimento da imunidade tributária das entidades filantrópicas, temos a Lei nº. 12.101 de 27 de novembro de 2009, alterada pela Lei nº. 12.868 de 15 de outubro de 2013, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social e a isenção das contribuições para a seguridade social, bem como o Decreto nº. 8.242 de 2014, que regulamenta a Lei nº. 12.101. No entanto, como já definido pelo STF, os requisitos a serem observados pelas entidades imunes devem ser fixados por lei complementar e nesses termos, o CTN – Código Tributário Nacional Lei Federal nº 5.172/1966, cumpre a função de estabelecer estes requisitos para o gozo das imunidades constitucionais.

A Administração, apoiada na opinião de seus consultores legais, entende que a Entidade é imune à todos os tributos tendo como base as normas acima elencadas.

16.2 – Reconhecimento de imunidade

Em 30/09/2009 o Supremo Tribunal Federal, em decisão monocrática, negou seguimento ao último recurso interposto pela União, de modo que encerrou-se o processo com desfecho favorável à Entidade no sentido de que não há incidência de impostos sobre rendimentos financeiros auferidos em aplicações financeiras de renda fixa ou variável, afastando-se, portanto, a incidência do art. 12 parágrafo 1 da lei 9.532/97.



Arioválido Cavarzan
C. P. F. 056.514.688 – 20
Diretor Presidente



Valter Gregio Junior
C. P. F. 213.462.528-74
C.R.C./SP 1SP245209/O – 3



José Augusto Furio de Barros
C. P. F. 045.254.018 – 69
Gerente Administrativo/Financeiro

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores da

ASSOCIAÇÃO DE PAIS BANESPIANOS DE EXCEPCIONAIS - APABEX

São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Associação de Pais Banespianos de Excepcionais – APABEX (Entidade), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Associação de Pais Banespianos de Excepcionais – APABEX em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis à Entidades sem Fins de lucrativos.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

A certificação das entidades beneficentes de assistência social deve ser renovada periodicamente de acordo com a legislação vigente. Conforme destacado na nota explicativa nº 1, a renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social – CEBAS foi indeferida. Administração da Entidade, orientada pelos seus consultores legais, está estudando a melhor



forma de contrapor aos impactos tributários da decisão do Ministério.

Por outro lado, a Administração, apoiada na opinião de seus consultores legais, entende que é imune a todos os tributos tendo como base o Artigo 150, inciso VI alínea C da Constituição Federal e o Artigo 14 do Código Tributário Nacional – CTN (Nota 16).

Segundo a opinião dos consultores jurídicos as chances de êxito são possíveis, portanto nenhuma provisão foi constituída nas Demonstrações Contábeis.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela administração da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.



Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 30 de abril de 2019

TOZZI AUDITORIA E CONSULTORIA CONTABIL - EIRELI
CRC – SP031903/O-8

José Alberto Tozzi
CRC – 1SP119315/O-0

À
DIRETORIA EXECUTIVA DA APABEX

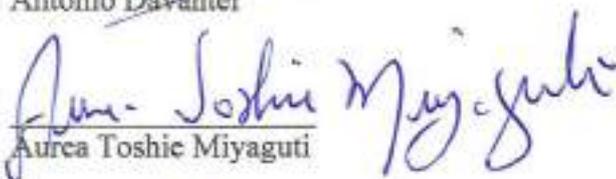
PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os abaixo assinados membros do Conselho Fiscal da Apabex – Associação de Pais Banespianos de Excepcionais, após examinarem as Demonstrações Contábeis e Financeiras e o Balanço Patrimonial findo em 31 de Dezembro 2018 aprovam as Contas da Diretoria Executiva ora apresentadas.

São Paulo, 15 de Julho de 2020.



Antonio Davantel



Aurca Toshie Miyaguti



José Souza Neto